

## DISCURSO E DECURSO:

### A relação entre retórica e história na *História do Futuro*, do Padre Antônio Vieira

PATRICIA DE FREITAS CAMARGO\*

Como parte de uma investigação mais ampla sobre a forma literária do tempo histórico na *História do Futuro*, do Padre Antônio Vieira<sup>1</sup>, gostaria de apresentar neste trabalho a análise de um elemento de composição da obra que é subsídio para a sua leitura: o gênero. Tomando como inspiração a aparente contradição em termos que existe no título da *História do Futuro* e partindo do pressuposto de que o que Vieira chama de *história* funda-se em uma temporalidade que não encontra correspondência em conceitos modernos de história, procuramos identificar e analisar o conceito de história apresentado nessa obra em sua estreita ligação com a forma literária que lhe dá expressão. Buscamos analisar, assim, os principais aspectos da temporalidade que articula a *História do Futuro* em sua relação com a retórica, instituição que regulava o discurso no tempo de Vieira através da prescrição dos gêneros e das técnicas de cada gênero. Como estágio de um ‘fenômeno de longa duração’ (no qual a permanência ou recuperação de palavras não implica necessariamente a permanência ou recuperação de significados que a elas se aderem em diferentes épocas), a retórica será analisada aqui no desempenho de um duplo papel: o de preceptiva e o de arte/técnica católica e contra-reformista de representação, decorrente do estatuto de participação na luz da Graça que era então conferido à linguagem. O ponto de partida será o Livro Antepimeiro da *História do Futuro*<sup>2</sup>, que, na qualidade de “Prolegômeno a toda a História do Futuro,

---

\* Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP, Doutoranda em Literatura Brasileira.

<sup>1</sup> Orientada pelo professor João Adolfo Hansen, a quem agradeço a generosa e rigorosa crítica a este trabalho.

<sup>2</sup> Para os fins deste trabalho, a *História do Futuro* de Vieira – ou seja, a obra que chegou a nós incompleta, constituída de 2 dos 7 livros anunciados em projeto e, ainda assim, inacabados – será lida em conjunto com seu “exórdio”, o Livro Antepimeiro, e em confronto com seu projeto, o “Projecto da História do Futuro”. Para as citações, usaremos a edição de Maria Leonor Buescu (Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982), indicada pelas iniciais do título seguidas da indicação de página.

em que se declara o fim e se provam os fundamentos dela”, contém a formulação da doutrina que orienta a elaboração da obra histórica/profética de Antônio Vieira.

### **História e retórica**

A aproximação da história com a retórica e com a poética hoje soa problemática e suspeita<sup>3</sup>, e só essa razão já seria suficiente para investigar um caso extremo em que a retórica funciona como articulação formal do discurso histórico. A *História do Futuro* de Antônio Vieira pode ser considerada um caso exemplar desse encontro aparentemente impertinente – tão impertinente quanto o encontro da concepção corrente de ‘história’ com nossa idéia de ‘futuro’. Supondo que se trata de uma impertinência histórica, buscaremos analisar o conceito de história apresentado por Vieira a partir dos recursos retóricos de que ele se utiliza para constituí-la e da doutrina que legitima seu discurso.

A definição do gênero da *História do Futuro* – e por conseguinte a definição de suas regras de composição e recepção – requer uma distinção inicial entre os gêneros reconhecidos nas preceptivas retóricas antigas (Aristóteles, mas sobretudo Cícero e Quintiliano) e os gêneros literários praticados do Seiscentos. Isto porque é justamente o gênero que determina que procedimentos retóricos são adequados, convenientes, decorosos e eficazes em cada discurso, cuja recepção era tão codificada quanto sua produção<sup>4</sup>. Trata-se aqui de um texto em que se encontram dois modelos de composição: ao mesmo tempo em que se anuncia como “história”, buscando alinhar-se aos gêneros históricos de composição literária (como as histórias e crônicas), a *História do Futuro* se constitui também como uma exortação à fé, à esperança e à ação<sup>5</sup>,

---

<sup>3</sup> Como atesta a polêmica em torno do livro *Metahistory*, de Hayden White, só para citar um exemplo. Cf. GINZBURG, C. “O extermínio dos judeus e o princípio da realidade”. In: *A história Escrita. Teoria e história da historiografia*. São Paulo, Contexto, 2006, pp. 211-227.

<sup>4</sup> É preciso lembrar que, da mesma forma que hoje o discurso histórico é recebido e avaliado segundo critérios como ‘cientificamente rigoroso’ ou ‘sem rigor científico’, ‘verificável’ ou ‘não verificável’, o discurso histórico no Seiscentos – como, de resto, qualquer outra forma de discurso – era recebido e avaliado segundo critérios diversos, como ‘verossímil’ e ‘inverossímil’, ‘decoroso’ e ‘indecoroso’, ‘conveniente’ e ‘inconveniente’, ‘eficaz’ e ‘ineficaz’ – critérios que, cremos, possam sugerir reflexões produtivas.

<sup>5</sup> “Todos [os futuros] fora felicidade antever: os felizes para a esperança e os infelizes para a cautela” (HdF, p. 49). “Finalmente (e é a terceira e não menor utilidade desta História), lendo os príncipes da Cristandade (...) as vitórias, os triunfos, as conquistas, os reinos, as coroas e o domínio e sujeição de

alinhando-se à parenética. Isto quer dizer, do ponto de vista retórico, que enquanto a finalidade do discurso requer uma composição segundo a preceptiva do *gênero deliberativo*<sup>6</sup> da retórica antiga (no qual a *narratio* em geral não ocupa lugar de destaque), a especificação do gênero dessa composição como “história” faz com que ela utilize, simultaneamente, procedimentos de composição cujos modelos apelam mais diretamente ao gênero epidítico (como ocorre nas crônicas e vidas dos reis<sup>7</sup> e em toda hagiografia, por exemplo), e ainda que conceda um espaço notável à narração<sup>8</sup>. Dá-se, portanto, uma combinação entre procedimentos silogísticos (indução e dedução) e os exemplos que constituem a narração, então elevada à condição de *corpo das provas* – uma “licença” da arte (*technê*) perfeitamente justificada por Vieira pela “novidade” do seu objeto. De fato, o que ele promete apresentar em sua História é uma *tese* – a do advento iminente do Quinto Império – que se revelaria verdadeira<sup>9</sup> através dos eventos futuros que ele pretende apresentar, antes de seu acontecimento, como *históricos*. Para tanto, reúne como *provas* da verdade de sua *História* eventos históricos passados – seja da história mais recente de Portugal, seja da história bíblica – e profecias, que funcionam eles mesmos como reveladores de uma História da Salvação.

A combinação de procedimentos retóricos típicos de gêneros diferentes não é, em si, novidade absoluta: ela já era prevista por Cícero – grande modelo nomeado nas retóricas jesuítas seiscentistas<sup>10</sup> de maior circulação – em discursos do gênero epidítico (em que o deleite era componente essencial); também sabemos que a história era tratada, de forma geral, como conhecimento acessório às finalidades primeiras da

---

nações tantas e tão dilatadas que lhes estão prometidas na fé e na confiança das mesmas promessas, se atreverão animosamente a empreendê-las” (HdF, p.83).

<sup>6</sup> Detalhadamente analisada por MUHANA, A. F. *Os recursos retóricos na obra especulativa de Antônio Vieira*, dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 1989 (capítulo III “A deliberação na História do Futuro”).

<sup>7</sup> Sobre os cronistas do século XV (momento em que a narrativa histórica funcionava como importante instrumento de legitimação de poder) G. Bourdê e H. Martin observam que “a dependência dos historiadores em relação ao príncipe é por vezes de tal modo que se torna difícil distingui-los dos panegiristas”. In: *As escolas históricas*. Publicações Europa-América, cap. I.

<sup>8</sup> Cujo teor histórico é determinado por uma concepção teológica de história.

<sup>9</sup> Trata-se de uma verdade discursiva: a verdade da história corresponde à verdade de suas proposições. De fato, o projeto da *História do Futuro* não é articulado em épocas, mas em proposições do tipo “verdadeiro ou falso”.

<sup>10</sup> Granada coloca Cícero ao lado de Aristóteles como “primeros Escritores Del arte Oratoria”, e Cipriano Soares já anuncia a ascendência greco-latina de sua retórica no título: *De Arte Rhetorica Libri Tres ex Aristotele, Cicerone & Quintiliano praecipue deprompti*.

oratória – como atesta o pouco espaço a ela dedicado e, no mais das vezes, dentro dos tratados de retórica. E se por um lado o século XVI já conhecia preceptivas da narrativa histórica que apresentavam suas técnicas de composição como *ars* (arte/técnica)<sup>11</sup>, por outro estas preceptivas não se constituíram em autonomia com relação à retórica, e sim como ‘filhas legítimas’. Isso porque o gênero de um discurso, na retórica antiga, não era definido pela matéria que era tratada, e sim pela sua finalidade: um julgamento (em relação ao passado), uma deliberação (em relação ao futuro), ou o puro deleite (em relação ao presente). No domínio da retórica antiga, não havia uma preceptiva especificamente histórica, e sim modelos, como Tucídides e Heródoto – mas seu lugar nos discursos era sobretudo acessório à finalidade dos mesmos. Já no caso da narrativa histórica, esta constituía sobretudo discursos relacionados ao gênero epidítico alto, como louvor de grandes homens e grandes ações. Isso não quer dizer que a história não gozasse de grande prestígio entre os antigos – e também entre modernos que os emulavam:

“Quanto à História, testemunha dos tempos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira da Antigüidade, que outra voz a confia à eternidade, senão a do orador?” (*De oratore*, II, 9, 36<sup>12</sup>).

Cícero reserva para a história um papel não pouco importante – o de mestra da vida –, mas apresenta o orador, imediatamente, como seu arauto privilegiado, subordinando a matéria à arte. A “verdadeira” história se constitui, para Cícero, a partir da eloquência: sem ela os acontecimentos não atingiriam a “vida” na memória, e não brilharia a “luz da verdade”. Vieira retoma vários aspectos dessa concepção de história, adaptando-os à teologia católica: a história é sim, luz da verdade – revelação da verdade *divina* –, mestra da vida – porque no *exemplo* das Escrituras é que o homem deve pautar as próprias ações –, e, por fim, é a eloquência – *eloquência divina* – que permite a revelação da verdade no decurso da História. Este último ponto constitui uma característica fundamental da retórica eclesiástica: ela conferiu às preceptivas da retórica antiga um sentido metafísico<sup>13</sup>, colocando-as num lugar privilegiado da cultura

---

<sup>11</sup> Para citar algumas, *De Arte Historica*, de Robortello (1548), *Della Historia, dieci dialoghi*, de Patrizi (1560) e, no século XVII, a *Ars Historica* de Mascardi.

<sup>12</sup> Trad. Adriano Scatolin.

<sup>13</sup> Cf. HANSEN, J.A.. “Vieira e os Estilos Cultos: *Ut Theologia Rhetorica*”. *Rivista Di Studi Portoghesi e*

cristã – o que garantiu seu cultivo e sobrevivência por séculos. Este ponto será discutido adiante; por enquanto continuaremos a definição do gênero “histórico” em confronto com as preceptivas retóricas.

Voltando ao caso da *História do Futuro*, ela não renuncia ao *deleite* próprio do gênero epidítico (o que poderia ser retoricamente inadequado), mas apresenta-o como finalidade acessória, que serve apenas para capturar a atenção dos leitores, tornando-a “deleitosa ao gosto e ao juízo” (HdF, p.46). Por outro lado, a narração – que seria uma parte acessória tanto ao gênero epidítico quanto ao gênero deliberativo – ocupa nessa obra um lugar de absoluta importância, como observamos anteriormente, por se tratar de uma “história”. Nisso constatamos que a *História do Futuro* se constitui num lugar de intersecção entre a *ars historica* e a *ars rhetorica* de seu tempo: emula os modelos e técnicas da narrativa histórica seguindo as preceptivas retóricas, que definem os gêneros a partir de sua finalidade e não de sua técnica. O aparente desvio com relação à arte – e também com relação à matéria, já que trata o futuro como matéria histórica – é justificado por Vieira com a ‘novidade’ de sua *História*: naturalmente não se poderia esperar uma total adesão à *auctoritas* dos antigos do ponto de vista do gênero em uma obra que é proposta, no limite, como *sui generis*:

“As outras histórias contam as coisas passadas, esta promete dizer as que estão por vir; as outras trazem à memória aqueles sucessos públicos que viu o mundo, esta intenta manifestar ao mundo aqueles segredos ocultos e escuríssimos que não chega a penetrar o entendimento.” (HdF, p.41)

A sua seria uma história nova por tratar de um novo objeto ‘histórico’: não o acontecido, como o fizeram os historiadores da longa lista de seus predecessores (cita, juntos, Beroso, Xenofonte, Heródoto, Josefo, Cúrcio, Tucídides, Lívio e escritores portugueses), mas o que estaria por acontecer: “Eles escreveram histórias do passado para os futuros, nós escrevemos a do futuro para os presentes”; “Esta nossa [história] começa no tempo em que se escreve, continua por toda a duração do Mundo e acaba com o fim dele.”<sup>14</sup> (HdF, p.45). Em outras palavras, Vieira anuncia no Livro

---

Brasiliari, Pisa-Roma, v. IV, p. 47-65, 2003.

<sup>14</sup> Veremos adiante que o fato de Vieira tomar a criação do mundo como ponto de referência inicial de sua *História* (“Correndo os anos de 1860 da criação do Mundo...” HdF, p.239) não contraria esta

Anteprimeiro a particularidade que resolve a aparente contradição em termos<sup>15</sup> do título *História do Futuro*, “porque, sendo novo e inaudito o argumento dela, também lhe era devido nome novo e não ouvido” (HdF, p.47). O “novo” argumento dessa história é nada menos que a “história” dos acontecimentos anunciados nas profecias da tradição cristã, que ele identifica como o advento do Quinto Império<sup>16</sup> – matéria que se tornará “histórica” em sua obra por observar o “estilo” e as “leis” da história:

“E porque nós, em tudo o que escrevemos, determinamos observar religiosa e pontualmente todas as leis da história, seguindo em estilo claro e que todos possam perceber a ordem e sucessão das coisas, não nua e secamente, senão vestidas e acompanhadas de suas circunstâncias; e porque havemos de distinguir tempos e anos, sinalar províncias e cidades, nomear nações e ainda pessoas (quando o sofrer a matéria), por isso, sem ambição nem injúria de ambos os nomes, chamamos a esta narração história e História do Futuro.” (HdF, p. 47).

*Grosso modo*, pode-se dizer que Vieira observa os princípios da narrativa histórica antiga<sup>17</sup> (inferidos a partir de Heródoto e Tucídides<sup>18</sup>), a saber, o axiológico (referente à grandeza da matéria narrada), o metodológico (referente à verdade), o teleológico (referente à utilidade do registro da história), o arqueológico e etiológico (que se referem à questão do início e das causas da matéria narrada, respectivamente). Quanto ao princípio onomasiológico (referente ao sujeito que é autor do discurso), a observância do princípio em Vieira é regida por uma concepção particular tanto de história quanto de historiador: parte de seu trabalho é a construção da *persona* do intérprete da história e das profecias e, simultaneamente, da afirmação teológica de que

---

afirmação, porque a história (no sentido católico) é usada como prova.

<sup>15</sup> Contradição em termos só do ponto de vista das preceptivas antigas (que definem como história a narração “das coisas que aconteceram”) quanto a partir de uma perspectiva iluminista, vigente hoje, em que o tempo é quantitativo e limitado à experiência humana. Ela não é contradição no tempo de Vieira, que tem a perspectiva da eternidade prefigurada na história humana.

<sup>16</sup> Não examinaremos aqui a estrutura mítica do Quinto Império porque esta ultrapassa o escopo deste trabalho

<sup>17</sup> Acrescentando a eles um princípio fundamental – o teológico – que transforma a história dos homens em história da Salvação.

<sup>18</sup> Apresentados por Francisco P. Murari em *Mito e historia : Homero, Tucídides e os princípios da narrativa*. Tese de livre docência, Universidade de São Paulo, 1995.

ele não é o autor da história narrada – mas o é o próprio Deus (“escrevemos sem autor o que nenhum deles [os historiadores antigos] escreveu nem pôde escrever” HdF, p. 45). Daquilo que se poderia traçar como linhas mestras da narrativa histórica propriamente dita para os historiadores gregos e oradores latinos, a sucessão temporal dos acontecimentos e o princípio de verdade parecem ser o denominador comum:

“E para o auditório talvez o seu caráter não mítico parecerá menos atraente; mas a quantos forem desejosos de observar o que há de claro nos acontecimentos ocorridos como também nos futuros, que algum dia de novo, em conformidade com a realidade humana, ocorrerão semelhantes ou análogos, julgarem tais coisas úteis, será o bastante” (Tucídides, *A guerra dos Peloponésios e Atenenses*, I.20-2<sup>19</sup>)

“De fato, quem ignora que a primeira lei da história é não ousar dizer algo de falso? Em seguida, ousar dizer algo de verdadeiro? Não haver suspeita de favorecimento na escrita? Ou de ressentimento? É claro que esses fundamentos são do conhecimento de todos.” (...) Sua construção propriamente dita, por outro lado, reside nos temas e nas palavras. O método para os temas demanda a ordem cronológica, a descrição das regiões; exige também, por se tratar de feitos grandiosos e memoráveis, em primeiro lugar, os planos, em seguida, as ações (...) (Cícero, *De oratore*, II, 62,63 )

No entanto, em Vieira, a apresentação da sucessão de eventos históricos – determinados, particulares, que formam a história que é humana e divina<sup>20</sup> – segue *ao mesmo tempo* um princípio de causalidade e de semelhança, no qual o tempo não conta somente como sucessão de eventos humanos mas *também* como revelação figural da eternidade divina. Esta hipótese se fundamenta em uma concepção teológica do tempo, segundo a qual Deus, enquanto Causa Primeira da natureza e do próprio tempo, participa deles por analogia de atribuição e proporção, nisto tornando semelhantes os diferentes seres, acontecimentos e palavras que têm, no tempo, uma existência própria e distinta. Por isso o tempo conta também figuralmente, como analogia dos vários tempos – passado, presente e futuro – com seu princípio, Deus. Conforme esta concepção de

---

<sup>19</sup> *Apud* MURARI, *op.cit.*

<sup>20</sup> Este ‘detalhe’ é da maior importância. É nele que reside a aproximação da história com o mito, matéria da épica – que é um gênero *poético* que canta os feitos dos homens e dos deuses. No entanto, é preciso considerar que, para Vieira, os eventos narrados nas Escrituras Sagradas eram, de fato, *históricos*.

tempo, a história humana se entrelaça com a eternidade divina como sua *revelação* – a verdade (dos acontecimentos) revela a Verdade (divina). Isto é decisivo e marca o distanciamento da *História* de Vieira de qualquer concepção clássica de ‘verdade’ na história. Se para Tucídides, por exemplo, a verdade estaria assegurada na correspondência da sua narrativa aos fatos por ter sido ele *testemunha* dos mesmos<sup>21</sup>, para Vieira a Verdade (com letra maiúscula) estaria cifrada nos acontecimentos históricos, exigindo assim uma leitura que pressupõe duas ordens de sentido: o manifesto e o figurado. Ou seja: quanto aos princípios da narrativa histórica dos modelos antigos que Vieira se propõe a observar, estes são utilizados para dar autoridade a uma concepção de história que lhes é absolutamente estranha – a concepção católica contra-reformista.

A adesão ao gênero histórico é ainda reiterada no capítulo quarto do Livro Antepimeiro, quando Vieira apresenta as utilidades de sua *História*: cita inicialmente o elogio de Cícero à história como *magistra vitae*: aquilo de onde se pode tirar exemplo, escrita por “sujeitos em ciência, engenho e juízo eminentíssimos” para imortalizar a memória dos tempos. A essas utilidades – memória e ensinamento pelo exemplo – Vieira une uma terceira não menos importante: apresenta a sua *História* como “mais eficaz e poderosa para mover os ânimos dos homens e a esperança das coisas próprias” (HdF, p. 63). Aqui encontra-se um ponto fundamental em que se encontram história e retórica: se com aquela Vieira procura construir a memória dos “acontecimentos” prometidos nas profecias, com esta ele procura criar as condições para a realização desses mesmos acontecimentos – o que revela imediatamente um contexto teológico em que o livre-arbítrio interfere na realização do plano de Deus. Portanto, ‘mover os ânimos dos homens’ significa, em última análise, ‘mover a própria história’, aquela dos acontecimentos, que para Vieira é a própria História da Salvação; fundamental para mover os ânimos é a eloquência do historiador, cujos principais atributos seriam não só a ciência, mas também *engenho e juízo*.

---

<sup>21</sup> A precedência do olhar sobre o ouvido na capacidade cognitiva no mundo helênico pode ser compreendida em forma anedótica: “Estobeu, nos *Florilégios*, guardou uma máxima anedótica atribuída a Tales de Mileto, em que o filósofo, inquirido sobre qual era a distância existente entre a verdade e a mentira, teria respondido: ‘tão grande quanto a distância entre o olho e o ouvido’”. MURARI, *op.cit.*, p. 123.



Como nos lembra João Adolfo Hansen, “o juízo é a faculdade racional de pôr limite ao engenho pelo conhecimento da aplicação de regras da arte”, e difere do engenho por buscar a verdade, e não a beleza<sup>22</sup>. Isto quer dizer, por exemplo, que quando Vieira parece se afastar das preceptivas e mesmo da doutrina em sua *História* – as mesmas preceptivas e a mesma doutrina que se propõe a seguir “religiosa e pontualmente” – não é nem incoerente nem indecoroso: ao contrário, busca na arte o conveniente para o seu caso específico e na ortodoxia o fundamento para sua tese (que foi levada ao tribunal da Inquisição como herética). Por outro lado, o engenho – aquela “parte do ânimo que, especulativa, procura só o verdadeiro, a qual propriamente se chama intelecto, e que é governada pela lógica” e que, “de certo modo prática, tenta encontrar e fabricar o belo e o eficaz”<sup>23</sup> – funde dialética e retórica no artifício poético, cujo princípio é a metáfora. Portanto, para Vieira, a história se escreve com ciência, com juízo e com uma *linguagem* específica – que funde a doutrina poética da agudeza com a teologia católica, como veremos adiante.

Vemos, portanto, que a busca do *verdadeiro*<sup>24</sup> e do verossímil é parte do discurso engenhoso que, justamente, recebe também o nome de *ornato dialético*. Ele é ornato fidelíssimo à retórica latina – a retórica das figuras de Cícero e Quintiliano, que eleva a *elocutio* a uma posição de destaque em relação à *inventio* –, mas redefine a função da metáfora, que passa do lugar acessório de ornato para o lugar privilegiado de *prova*: ela não é elocução deleitosa (somente), mas é emulação do próprio procedimento de uma ‘retórica divina’ – a *Verdade* que se revela no decurso da história –, analógica, que Vieira procura “pôr diante dos olhos” do leitor:

“Os futuros portentosos do mundo e Portugal, de que há-de tratar a nossa *História*, muitos anos há que estão sonhados como os de Faraó e escritos como os de Baltasar; mas não houve até agora nem José que interpretasse os sonhos, nem Daniel que construísse as escrituras; e isto é o que eu começo a fazer, com a graça daquele Senhor que sempre se serve de instrumentos pequenos em coisas grandes, para

---

<sup>22</sup> HANSEN, J.A. “Juízo e engenho nas preceptivas poéticas do Século XVII”, in *Literatura e filosofia. Diálogos*. Org. E. Nascimento e M.C. Castellões de Oliveira, p. 107.

<sup>23</sup> PEREGRINI, M. I *Fonti dell'Ingegno ridoti ad Arte*, apud HANSEN, op.cit.

<sup>24</sup> Embora a busca do verdadeiro não seja necessária, como o é a do verossímil, na retórica. Podemos recordar neste ponto a crítica à eloquência na qual o belo não acompanha o verdadeiro, feita por Vieira no Sermão da Sexagésima.

que conheça o mundo e Portugal, como os olhos sempre no céu e em Deus, que tudo são efeitos de seu poder e conselhos de sua Providência; e para que não haja ignorância tão cega nem ambição tão presumida, que tire de Deus o que é de Deus, para dar a César o que é de César, atribuindo à fortuna ou indústria humana o que se deve só à disposição divina” (HdF, p. 66)

Os acontecimentos, o decurso histórico, são apresentados como *efeito* da Causa: Deus. E seriam anunciados antes de seu acontecimento justamente para que pudessem ser reconhecidos como tais. Seguindo essa mesma lógica e procedimento, Vieira se compara a José e Daniel, desempenhando seu mesmo papel, a saber, o de intérprete e “construtor” das Escrituras. Esse papel se revela na aproximação paradigmática dessas três figuras “históricas” (José, Daniel e ele mesmo) que confirmam uma mesma promessa – que adiante ele “reconhecerá” como análoga ao próprio mistério da Encarnação:

“Quem considerar o Reino de Portugal no tempo passado, no presente e no futuro, no passado o verá nascido, no presente ressuscitado e no futuro glorioso; e em todas estas três diferenças de tempos e estados lhe revelou sempre Deus e mandou interpretar primeiro os favores e as mercês tão notáveis com que o determinava enobrecer: na primeira, fazendo-o, na segunda restituindo-o, na terceira, sublimando-o” (HdF, p. 66).

Portanto, os eventos históricos não só ‘confirmam’ as profecias como funcionam eles mesmos como prefiguração do futuro, como ‘chaves’ para o reconhecimento da verdade – cristã e católica – no decurso histórico. No entanto, mesmo escrevendo sobre os futuros, Vieira não se apresenta como profeta e insiste no caráter *histórico* de sua obra. Se quanto aos princípios de composição ele insere a *História do Futuro* no gênero das narrativas históricas, quanto à matéria – os acontecimentos futuros – ela seria obviamente identificada como obra profética. Este aspecto é equívoco na obra, porque se de um lado Vieira procura distinguir sua *História* das profecias, ele ao mesmo tempo elabora, na defesa de sua tese, um *ethos* do profeta no qual ele mesmo se enquadra. Não nos aprofundaremos nesta discussão porque ela ultrapassa os limites deste trabalho; o que no momento é importante é o decisivo distanciamento que Vieira procura colocar entre seu próprio trabalho e aquele dos profetas. Dado que a matéria de que tratam é a

mesma, Vieira situará essa distinção precisamente no *modo* como a matéria é tratada – ou seja, numa distinção *formal*:

“Os profetas não chamaram história às suas profecias, porque não guardam nelas estilo nem leis de histórias: não distinguem os tempos, não assinalam os lugares, não individualizam as pessoas, nem seguem a ordem dos casos e dos sucessos, e quando tudo isto viram e tudo disseram, é envolto em metáforas, disfarçado em figuras, escurecido com enigmas e contado ou cantado em frases próprias do espírito e estilo profético, mais acomodadas à majestade e admiração dos mistérios, que à notícia e inteligência deles.” (HdF, p. 47)

Além da particularidade dos tempos, lugares e pessoas, a *História* recebe de Vieira este título porque nela ele se propõe a apresentar “em estilo claro” a “ordem e sucessão das coisas”. Ora, já vimos que o que ele entende por *estilo claro* aparece descrito acima em oposição diametral à *obscuridade* da profecia, em que a notícia dos acontecimentos é dada por meio de *metáforas*, figuras, e “acomodada à majestade e admiração” dos mistérios. Portanto, *do ponto de vista dos princípios gerais de composição* – que seriam o seu distintivo –, a história para Vieira não parece distanciar-se muito daquilo que era para Aristóteles, como relato do acontecido e do *particular*<sup>25</sup>, de tempos, lugares e pessoas definidos; ou do que era para Heródoto e Tucídides, tomando como matéria os grandes feitos, embora segundo um princípio de “ordem e sucessão” muito particular. Porém, *do ponto de vista da linguagem e do estilo*, a promessa de Vieira cria um aparente paradoxo: escrever em *estilo claro*, de modo a “pôr diante dos olhos” do mundo a História como revelação do divino (que é a Verdade, para Vieira), significa teatralizar a própria agudeza divina. É claro que Vieira já tem uma licença retórica para utilizar “metáforas e figuras” como instrumentos para “revelar a majestade da matéria e suscitar a admiração de seus interlocutores” no exórdio de sua obra, procedimentos absolutamente pertinentes em razão do objetivo particular dessa parte do discurso (que tomou proporções de um livro). Já na *História* propriamente dita (ou em seu início, já que se trata apenas dos dois primeiros livros, e incompletos), seu discurso assume a

---

<sup>25</sup> Cf. Aristóteles, *Arte Poética*, cap. IX, 2: “Não é em metrificar ou não que diferem o historiador e o poeta; (...) a diferença está em que um narra acontecimentos e o outro fatos quais podiam acontecer. Por isso a Poesia encerra mais filosofia e elevação que a História; aquela enuncia verdades gerais; esta relata fatos particulares.” (Trad. Jaime Bruna. In: *A poética clássica*. São Paulo, Cultrix, 1992). Evidentemente, do ponto de vista teológico, a História não enuncia verdades gerais, mas as *revela*.

forma visivelmente silogística, na qual a narrativa é prova de verdade estruturada numa relação de semelhança (a mesma que rege a construção e interpretação de alegorias – sejam elas poéticas ou factuais). Assim, o decurso histórico, na qualidade de *signo* da vontade divina, participa do mesmo princípio que rege o discurso engenhoso – que aproxima na linguagem figurada o que se apresenta distante na linguagem ‘direta’. Assim colocado, um oximoro, não é obscuridade, mas emulação: a *História*, ainda que seja “de cousas tão novas, nem por isso ela será nova. É uma história nova sem nenhuma novidade, é uma perpétua novidade sem nenhuma coisa de novo; como isto possa ser (Hdf, p. 172)”, Vieira explica com *exemplos*:

Quando Adão saiu flamante das mãos de Deus, abriu os olhos, e viu tanta coisa nova (e todas eram mais antigas que ele), nem eram elas as novas, ele era o novo. A novidade da nossa *História* há-de ser mais dos leitores que dela. Para aquele cego de seu nascimento, a quem Cristo abriu os olhos, ainda que não eram novas as quantidades, porque as apalpava, foram novas as cores, porque as não via; já havia cores e luz, mas não havia olhos.” (HdF, p. 173)

É nos exemplos (“históricos”) do Antigo Testamento e do Novo Testamento que se espelha o acontecimento histórico presente, todos em relação especular com a Verdade, numa concepção de história que, como bem observou João Adolfo Hansen, “nunca se repete; o que se repete nela é o seu fundamento, Deus, que retorna sempre Idêntico nas diferenças temporais que participam Nele e que O espelham segundo as espécies de analogia e seus vários graus, atribuição, proporção, proporcionalidade”<sup>26</sup>. Se, como diz Vieira, Deus é “por natureza eterno” e “é excelência gloriosa, não tanto de sua sabedoria quanto de sua eternidade, que todos os futuros lhe sejam presentes” (HdF, p. 41) e se, como diz Agostinho, “a verdade fundamenta-se de modo *permanente* na razão das coisas e foi estabelecida por Deus”<sup>27</sup>, temos que essa concepção cristã de *tempo* se complementa com uma concepção cristã, católica e contra-reformista de linguagem. Assim, encontram-se os “análogos distantes” na história do mesmo modo em que se

---

<sup>26</sup> “Vieira e os estilos cultos: ut theologia rhetorica”. In: *Rivista di Studi Portoghesi e Brasiliani*, Fabrizio Serra Editore, Pisa – Roma, IV, 2002.

<sup>27</sup> *A Doutrina Cristã*, livro II, cap. 33.

encontram os “análogos distantes” na agudeza, ambos na qualidade de *efeito* da Causa de todas as coisas<sup>28</sup>.

### A fé na palavra

Se, por um lado, a distinção do gênero é o pressuposto para a definição do que é considerado verossímil e decoroso nas práticas letradas do século XVII, por outro, é a articulação teológica dessas práticas que possibilita a inteligibilidade de algo como uma “semântica de realidades” ou “discurso divino”:

“Santo Agostinho pensa o *verbo* divino como uma ‘palavra’, no sentido que a retórica chamaria de figurado ou metafórico. É que a palavra de Deus, embora efetivamente comunique algo aos homens, não é ela mesma, enquanto palavra de Deus, signo de nada. Ela é aquilo de que tudo – coisas (*res*) e signos (*signa*) – é signo, como se pode ler no *De trinitate*.”<sup>29</sup>

Esse é o princípio da interpretação *figural*, cuja definição proposta por Erich Auerbach<sup>30</sup> parece bastante precisa e correspondente, em certa medida, ao procedimento de Vieira na interpretação dos eventos ‘históricos’ (bíblicos ou não):

“A interpretação figural estabelece uma conexão entre dois acontecimentos ou duas pessoas, em que o primeiro significa não apenas a si mesmo, mas também ao segundo, enquanto o segundo abrange ou preenche o primeiro. Os dois pólos da figura estão separados no tempo, mas ambos, sendo acontecimentos ou figuras reais, estão dentro do tempo, dentro da corrente da vida histórica. Só a compreensão das duas pessoas ou acontecimentos é um ato espiritual, mas este ato espiritual lida com acontecimentos concretos, sejam estes

---

<sup>28</sup> AGOSTINHO, *A Doutrina Cristã*, Livro I, cap. 5. Adiante Agostinho explicará a ‘onisciência’ e o ‘estilo’ do Espírito Santo: “Por certo, o Espírito Santo, do qual o autor [da Sagrada Escritura] é instrumento, previu que esse pensamento se apresentaria, por se achar fundado na mesma verdade. De fato, poderia haver prova maior e mais rica da Providência divina do que fazer com que as mesmas palavras sejam entendidas de modo distinto?” (livro III, cap. 28).

<sup>29</sup> HANSEN, J.A. *Alegoria*. São Paulo, Atual, 1996, p. 26.

<sup>30</sup> Essa definição é estabelecida a partir da história do conceito de ‘figura’ de Terêncio a Dante Alighieri. Cf. AUERBACH, E. *Figura*. São Paulo, Ática, 1997, P. 46.

passados, presentes ou futuros, e não com conceitos ou abstrações; estes últimos são secundários, já que promessa e preenchimento são acontecimentos históricos reais que ou já aconteceram na encarnação do Verbo, ou ainda acontecerão na segunda vinda. (...) Como na interpretação figural uma coisa está no lugar de outra, já que uma coisa representa e significa a outra, a interpretação figural é ‘alegórica’ no sentido mais amplo. Mas difere da maior parte das formas alegóricas conhecidas tanto pela historicidade do signo quanto pelo que significa.”

A interpretação figural implica, portanto, duas operações distintas, mas complementares: a interpretação ou, nas palavras de Agostinho, a “descoberta da verdade”, e sua exposição – que, no fim das contas, é a exposição dos elementos da analogia e da semelhança da operação teológica retoricamente formulada. Na *História do Futuro* encontra-se a exposição em que Vieira apresenta por meio de procedimentos silogísticos a tese do Quinto Império – a “verdade descoberta” –, cujas *provas* seriam os exemplos encontrados nas Escrituras – e, no caso específico de Vieira, na história recente – como demonstração por analogia e semelhança. Toda a *História* de Vieira estaria escrita (até onde se sabe não o foi) como profecia ou figura de seu Quinto Império.

O que surpreende numa leitura desavisada do “Projecto da História do Futuro” é que, em vez de divisões em períodos, dinastias ou recortes temporais, encontra-se a proposição retórica do Quinto Império desenvolvida em uma estrutura dialética. A matéria do primeiro livro não é apresentada como “Profecias de Daniel”, mas “Se na Sagrada Escritura está revelado algum Império que se deva chamar o V? Afirmativo” (HdF, p.27). É fato que Vieira apresenta a narração de eventos bíblicos (que para ele são indiscutivelmente históricos) relacionando-os ao sonho profético de Nabucodonosor e ao reconhecimento de Daniel como verdadeiro profeta – e de Deus, o mesmo de Daniel, como verdadeiro Deus; no entanto, a narrativa é totalmente estruturada como *prova indutiva* de sua tese. Para especificar os reinos que sucederiam o de Nabucodonosor na profecia, Vieira se vale da “experiência e ... testemunho de todas as histórias, não só humanas, senão também sagradas e divinas, que os três reinos e impérios que sucessivamente se seguiram ao dos assírios foram o dos Persas, o dos Gregos e o dos Romanos” (HdF, p. 247) E ‘confirma’ essa interpretação ‘reconhecendo’ no Quarto Império, simbolizado pelo ferro que “quebra e doma todas as coisas”, o Império

Romano, por semelhança histórica. Sua conclusão é que o Quarto Império é o Romano, e que tendo-se cumprido a profecia com relação aos quatro impérios ela era verdadeira, logo, estava por vir “um novo e melhor Império que há-de ser o quinto e último” (HdF, p. 254).

O decurso histórico é, dessa perspectiva, uma *revelação* da vontade de Deus, que se torna reconhecível ao homem no momento em que a profecia ou a figura encontra seu cumprimento ou preenchimento. Como reiteração, não repete: afirma, e afirma tão mais claramente quanto forem numerosos e evidentes os ‘signos’ da história. Ela coloca a verdade diante dos olhos como subtexto dos acontecimentos múltiplos que se espelham no Uno. Sendo Deus inefável, são os acontecimentos que permitem provar sua presença na história.

A exaustão dos exemplos e as aproximações inesperadas (como ferro-Roma e barro-Roma, que uma leitura anacrônica poderia recusar como inverossimilhança ou ‘exagero tipicamente barroco’) não entram no discurso como licença poética: são autorizadas por uma concepção teológica da linguagem, substancialista, na qual o signo lingüístico não é imotivado e arbitrário. Assim Vieira usa as figuras e recursos da retórica antiga para afirmar a ortodoxia católica, aplicando-os dentro de um modo particular de inteligibilidade histórica. Nela, Deus – Causa metafísica e lógica da História – é “soberano Autor e Governador do Mundo e perfeitíssimo Exemplar de toda a natureza e arte” (HdF, p. 157), que assim como “produz incessavelmente todos os anos tantos frutos novos” para sustento e gosto dos corpos, concede em sua “grandeza e liberalidade” “repetidos exemplos” da luz da Divina Providência no intelecto humano (HdF, p. 169).

Situada num lugar de diferença em relação a concepções pós-iluministas de história, que anseiam libertar-se da arte para ‘naturalizar’ a história, a *História do Futuro* de Vieira *ênfatiza* a arte para nela revelar o supremo Artífice, reiterando a Sua presença. Ela se funda na aproximação mesma entre decurso histórico e discurso histórico, em que é possível conceber uma história do futuro ‘provada’ nos seguintes termos: “Esta suposição é de fé, porque assim o lemos nas Escrituras, é de experiência, porque assim o mostrou o sucesso dos tempos, e é de razão, porque assim se infere por bom discurso.” (HdF, p.254).

Turim, fevereiro/junho de 2011

**Obras citadas:**

ARISTÓTELES. *Arte Poética*. Trad. Jaime Bruna. In: *A poética clássica*. São Paulo, Cultrix, 1992.

AGOSTINHO, A *Doutrina Cristã*. São Paulo, edições Paulinas, 1991.

AUERBACH, E. *Figura*. São Paulo, Ática, 1997.

BOURDÉ G. e MARTIN, H. *As escolas históricas*. Publicações Europa-América, 1990.

CICERO, Marco Túlio. Do orador. Trad. Adriano Scatolin. In: *A invenção no Do orador de Cícero* (tese de doutorado). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009.

GUINZBURG, C. “O extermínio dos judeus e o princípio da realidade”. In: MALERBA, J. (org.). *A história Escrita. Teoria e história da historiografia*. São Paulo, Contexto, 2006.

HANSEN, J.A. *Alegoria*. São Paulo, Atual, 1996.

\_\_\_\_\_. “Juízo e engenho nas preceptivas poéticas do Século XVII”, in *Literatura e filosofia. Diálogos*. Org. E. Nascimento e M.C. Castellões de Oliveira. Juiz de Fora, UFJF, 2004

\_\_\_\_\_. “Vieira e os estilos cultos: ut theologia rhetorica”. In: *Rivista di Studi Portoghesi e Brasiliani*, Fabrizio Serra Editore, Pisa – Roma, IV, 2002.

MUHANA, A. F. *Os recursos retóricos na obra especulativa de Antônio Vieira* (dissertação de mestrado). São Paulo, Universidade de São Paulo, 1989.

MURARI, F. P. *Mito e história: Homero, Tucídides e os princípios da narrativa* (tese de livre docência). Universidade de São Paulo, 1995.

VIEIRA, Antônio. *História do Futuro*. Ed. de Maria Leonor Buescu. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.